

O Boletim Eletrônico é um meio de comunicação dinâmico e contínuo, disponibilizado aos interessados, com a finalidade de divulgar matérias relevantes submetidas à apreciação do Ministério Público de Contas. Contém pareceres, recursos e outros documentos elaborados e divulgados pelos órgãos ministeriais no período de referência. Em outubro/2017, o MPC/DF recebeu 432 processos, elaborou 387 pareceres, **5 representações e 1 recurso**.

Afastamento de Procuradores:

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira - 13 a 31/10/2017 - Férias

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira - 03 a 10/10/2017 - Férias

Marcos Felipe Pinheiro Lima - 18 a 25/10/2017 - Férias

Solicitações ao MPC/DF

Foram encaminhadas ao MPC/DF doze solicitações. Sendo uma distribuída à 1ª Procuradoria, duas distribuídas à 2ª Procuradoria, duas distribuídas à 3ª Procuradoria e sete a 4ª Procuradoria, segundo critérios de distribuição que privilegiaram a vinculação e a segmentação, em observância ao princípio do promotor natural.

86/2017 - Trata-se de Procedimento Interno autuado para apurar ausência de regulamentação do Fundo dos Direitos do Idoso - FDI/DF.

Procurador(a): Demostenes Tres Albuquerque

Providência: Ofício n° 68/2017

Providência: Ofício n° 74/2017

87/2017 - Trata-se de Procedimento Interno autuado para apurar sobre Representação da Empresa T Bahia Transportes Eireli - ME que trata do Pregão Eletrônico n° 024/2016 da Secretaria de Educação - SEE cujo objeto é a prestação de serviço de transporte escolar.

Procurador(a): Marcos Felipe Pinheiro Lima

88/2017 - Irregularidade na lotação de servidora da SES.

Procurador(a): Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Providência: Ofício n° 783/2017

89/2017 - Trata-se de Procedimento interno autuado para apurar questionamento sobre a Lei Complementar n° 932/2017, que Institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal. LC 769/2008. Regime Próprio de Previdência Social do DF - RPPS / DF.

Procurador(a): Demostenes Tres Albuquerque

Providência: Ofício n° 69/2017

Providência: Despacho n° 44/2017

90/2017 - Trata-se de Procedimento interno autuado para apurar sobre a falta de atendimento e medicamentos aos portadores de HIV.

Procurador(a): Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Providência: Ofício nº 828/2017

91/2017 - Trata-se de Procedimento interno autuado para apurar possíveis irregularidades no Edital nº 35/DGP-PMDF para seleção de candidatos do 1º ano do Curso de Formação de Oficiais Militares e formação de cadastro reserva.

Procurador(a): Marcos Felipe Pinheiro Lima

92/2017 - Trata-se de Procedimento interno autuado para apurar possíveis irregularidades na condução da fase externa do Pregão Eletrônico nº 21/2015 da SE/DF para contratação de empresa de transporte escolar.

Procurador(a): Marcos Felipe Pinheiro Lima

93/2017 - Trata-se de Procedimento interno autuado para apurar possíveis irregularidades na condução da fase externa do Pregão Eletrônico nº 03/2017 da SE/DF para contratação de empresa de transporte escolar.

Procurador(a): Marcos Felipe Pinheiro Lima

94/2017 - Trata-se de Procedimento interno autuado para apurar possíveis irregularidades na condução da fase externa do Pregão Eletrônico nº 24/2016 da SE/DF para contratação de empresa de transporte escolar.

Procurador(a): Marcos Felipe Pinheiro Lima

95/2017 - Trata-se de Procedimento Interno autuado para apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 31/2017 - PCDF, atinente à prestação de serviço de modernização do Instituto de Identificação da PCDF, com implementação de hardware e software.

Procurador(a): Marcos Felipe Pinheiro Lima

Providência: Despacho nº 81/2017

97/2017 - Trata-se de Procedimento interno autuado para apurar sobre possível prática de nepotismo na Secretaria de Cultura.

Procurador(a): Marcos Felipe Pinheiro Lima

96/2017 - Trata-se de Procedimento Interno autuado para apurar possível ilegalidade no exercício de função de Polícia Preventiva pelo DETRAN-DF.

Procurador(a): Demostenes Tres Albuquerque (substituto)

Providência: Despacho nº 2/2018

Parecer

Procuradoria Geral

16/10/2017 - **Parecer nº 9/2017** - 1P - Processo nº 38410/2016

Pregão Presencial nº 011/2016 - ASCAL/PRES. Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção e conservação das áreas públicas urbanas de gramado e vegetação espontânea do DF. Decisão Liminar nº 023/2016 - GPAT. Suspensão do certame. Decisão nº 1.759/2017. Manutenção da suspensão. Diligências.

Encaminhamento de informações pela jurisdicionada. Área Técnica considera parcialmente cumprida a deliberação e sugere a continuidade do certame, condicionada à adoção de medidas corretivas. Novas determinações. 3. Parecer parcialmente convergente do MPC/DF.

17/10/2017 - **Parecer nº 10/2017** - 1P - Processo nº 28109/2017

Licitação. Pregão Eletrônico nº 13/2017 - SSP/DF. Contratação de sociedade empresária especializada no fornecimento de veículos, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência - Anexo I do Edital. Análise do edital. Irregularidades. Despacho Singular nº 481/2017 - GCPM, ratificado pela Decisão nº 4.535/2017. Suspensão do certame. Determinações à jurisdicionada. Informações apresentadas. Unidade Técnica sugere o cumprimento parcial da deliberação plenária. Nova determinação. Continuidade do certame condicionada ao cumprimento da diligência. Aquiescência do MPC/DF.

27/10/2017 - **Parecer nº 17/2017** - 1P - Processo nº 22713/2015

Tomada de Contas Anual. Exercício 2014. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal - SEC/DF. Exame inicial. Área Técnica sugere a audiência dos gestores. Aquiescência do MPC/DF. Falhas graves relacionadas à contratação de artistas e na fiscalização de contratos e outros ajustes administrativos. Proposta de audiência. Art. 13, III, da LC nº 1/1994. Falhas repetidas em exercícios anteriores.

27/10/2017 - **Parecer nº 8/2017** - 1P - Processo nº 7919/2010

Tomada de Contas Anual - TCA. Secretaria de Estado de Habitação do DF - SEDHAB. Exercício financeiro de 2009. Diligências. Irregularidades. Audiência. Não acolhimento. Contas irregulares. Multa. Recurso de Revisão. Instrução sugere a improcedência das razões recursais. Parecer do MPC/DF pelo desprovimento do apelo.

2ª Procuradoria

02/10/2017 - **Parecer nº 895/2017** - CF - Processo nº 39084/2016

Representação. Parlamentar. Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Secretaria de Estado de Educação. Informação nº 65/2017. Análise de Mérito. Representações adicionais. Despacho Singular nº 189/2017 - GCMA. Reinstrução. Corpo Técnico por Diligência. MPC/DF aquiesce parcialmente.

02/10/2017 - **Parecer nº 904/2017** - CF - Processo nº 5832/2015

Representação 4/2015-CF. Serviços de vigilância patrimonial. Contratação direta. Indícios de irregularidade. Diligência cumprida. Razões de Justificativa. Pela improcedência e aplicação de multa. Parecer convergente.

02/10/2017 - **Parecer nº 909/2017** - CF - Processo nº 20990/2015

Auditoria Integrada realizada no ensino fundamental da rede pública de ensino do Distrito Federal, em escolas selecionadas pelo TCU com base nos dados do censo escolar de 2014. Avaliação das instalações

e equipamentos pela equipe de auditoria conjunta do TCDF e TCU. Decisão nº 4.118/16. Nesta fase: Avaliação do cumprimento da Decisão citada. Parecer convergente e com acréscimos.

02/10/2017 - **Parecer nº 910/2017** - CF - Processo nº 26823/2017

Representação do MPJTCDF. Falta tempestiva de realização de cirurgias ortopédicas no Hospital Regional de Taguatinga - HRT. Pelo não conhecimento da Representação Parecer divergente. Juntada/Apensão ao Processo 27.596/2015e.

03/10/2017 - **Parecer nº 896/2017** - CF - Processo nº 209/2004

Acompanhamento da implantação do Setor Habitacional Noroeste. Decisão 4693/2015; determinações, recomendação à TERRACAP e manutenção do sobrestamento do Ofício nº 257/10-CF. Decisão nº 4168/2016, reiterando à Terracap que dê fiel cumprimento ao inciso II, alínea "a", da Decisão nº 4.693/15. Corpo técnico pelo atendimento da diligência e manutenção do sobrestamento. Parecer parcialmente divergente. Pelo atendimento da diligência e levantamento do sobrestamento.

09/10/2017 - **Parecer nº 978/2017** - CF - Processo nº 1691/2015

Verificação do cumprimento do art. 5º, caput, da Lei nº 8.666/93 - realização de pagamentos segundo a estrita ordem cronológica de exigibilidade da obrigação. Decisão nº 5.794/16. Análise de diligência. Pelo cumprimento parcial. Por reiteração à Controladoria-Geral do DF. Parecer convergente, com acréscimos.

19/10/2017 - **Parecer nº 853/2017** - CF - Processo nº 38983/2016

Detran/DF. Representação Ministerial. Execução contratual. Análise. Possível ingerência de servidora comissionada. Conhecimento. Concessão de prazo para esclarecimentos. Autorização para realização de Inspeção. Atual fase processual: mérito. Unidade Técnica: improcedência quanto à atuação de servidora comissionada; determinação ao Detran/DF e à Secretaria de Comunicação; recomendação ao Detran/DF; e arquivamento. MPC diverge. Audiência de servidoras e retorno à Unidade Técnica para exame da execução do contrato.

3ª Procuradoria

02/10/2017 - **Parecer nº 859/2017** - DA - Processo nº 33309/2013

Tomada de Contas Especial. RA I - Brasília. Apuração de sobrepreço no Contrato nº 2/2011, para prestação de serviços de organização de eventos. Apresentação de defesas. Improcedência, aplicação de multa ao ex-gestor e cientificação da empresa para recolhimento do débito. Interposição de Recurso de Reconsideração pelo ex-gestor. Proposta de desprovimento do recurso e manutenção do decisum em seus termos originais. Parecer do Ministério Público convergente.

04/10/2017 - **Parecer nº 905/2017** - DA - Processo nº 9854/2015

Representação nº 09/2015 - DA. Secretaria de Estado de Saúde. Despesas sem cobertura contratual no exercício de 2015. Audiência. Razões de Justificativa. Unidade Técnica pela improcedência e aplicação

de multa aos responsáveis. Parecer convergente.

05/10/2017 - **Parecer nº 849/2017** - DA - Processo nº 37502/2016

Representação. Deputados Distritais. Incorporação de gratificação aos vencimentos de servidores do Poder Executivo. Legitimidade da incorporação. Aumento de despesa. Extrapolação do limite prudencial. Impossibilidade de determinação para a implementação das medidas tendentes à incorporação da vantagem ante a iminente superação do limite legal máximo com despesa de pessoal.

05/10/2017 - **Parecer nº 883/2017** - DA - Processo nº 21372/2014

Tomada de Contas Especial. Administração Regional de Brazlândia - RA IV. Prejuízo na contratação de shows artísticos constatado na TCA 2008. Instauração de TCE. Citação. Defesas. Exame de mérito. Revelia. Precedentes no âmbito do TCDF. Pela procedência das defesas e aproveitamento ao responsável revel. Instrução pugna pelo julgamento regular das contas, quitação e arquivamento do feito. Parecer divergente do Ministério Público de Contas. Improcedência das defesas. Revelia. Pela cientificação dos responsáveis para recolhimento do débito.

06/10/2017 - **Parecer nº 917/2017** - DA - Processo nº 18516/2016

Representação formulada por empresa. Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 19/2015 - DETRAN/DF. Realização de Inspeção. Procedência parcial da representação. Impossibilidade de novas aquisições por meio do Pregão nº 19/2015 (SRP) e da Ata de Registro de Preços nº 6/2015. Embargos de Declaração. Improcedência. Pedido de Reexame. Conhecimento. Análise do mérito. Unidade Técnica, pelo não provimento do recurso e manutenção da decisão recorrida. Parecer convergente.

10/10/2017 - **Parecer nº 926/2017** - DA - Processo nº 34608/2011

TCE instaurada em atendimento à Decisão nº 4117/2003. Contrato de Gestão sem número celebrado entre a CODEPLAN e o ICS, com vigência no período de 04.12.2003 a 03.01.2004. Constatação de dano ao erário distrital. Inaplicabilidade das decisões emanadas no âmbito dos Processos n.º 949/04, n.º 8.323/07 e n.º 8.536/07 (Decisões n.º 2.537/2017, n.º 2.830/2017 e n.º 2.831/2017). Cientificação para recolhimento do débito.

11/10/2017 - **Parecer nº 919/2017** - DA - Processo nº 2110/2014

Exame de contratos emergenciais. Serviços de manutenção corretiva dos sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos. Falta de aplicação da desoneração previdenciária dos encargos sociais a contratos. Determinação para cobrança dos prejuízos. Medidas adotadas pela Jurisdicionada. Pelo acompanhamento da cobrança.

16/10/2017 - **Parecer nº 921/2017** - DA - Processo nº 31658/2015

Estudos especiais visando a estabelecer entendimento acerca: (i) dos normativos legais que se aplicam às cessões/requisições de servidores da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; (ii) da obrigatoriedade de ressarcimento, pelo cessionário, das despesas realizadas pelo cedente com o pagamento da remuneração e respectivos encargos de servidor dessas instituições cedido a outros órgãos/entidades; e (iii) da definição da unidade à qual deva ser efetuado o

ressarcimento, em caso de sua obrigatoriedade, tendo em conta o custeio dessas áreas pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal; (iv) outras questões que se revelarem necessárias à elucidação do objeto de representação tratada no Processo nº 36649/2010. Na assentada anterior: manifestação conjunta apresentada pelas Secretarias de Fiscalização de Pessoal (SEFIPE) e de Macroavaliação da Gestão Pública (SEMAG), formulando entendimentos acerca dos temas em questão. Ministério Público de Contas aquiesceu parcialmente, com ressalvas e proposta de ajuste. Nessa assentada: Corpo Técnico ratifica inteiramente a Instrução anterior. Ministério Público de Contas ratifica o Parecer precedente e aquiesce com a Manifestação Instrutiva, com acréscimos.

18/10/2017 - **Parecer nº 787/2017** - DA - Processo nº 28872/2016

Acompanhamento dos repasses de recursos destinados ao pagamento de precatórios judiciais, bem assim para pagamento de Requisições de Pequeno Valor - RPV, referentes ao exercício de 2016. Atraso nos repasses mensais. Não atingimento do valor mínimo exigido na legislação de regência para pagamentos de precatórios pelo Distrito Federal. Audiência do Governador e do ex-Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal. Análise das razões de justificativa. Pela rejeição e aplicação de sanção.

18/10/2017 - **Parecer nº 923/2017** - DA - Processo nº 4636/2014

Solicitação de Informações. Ofício nº 266/2013-CF. RA II - Águas Claras. RA III - Taguatinga. Operações policiais para apuração de irregularidades na concessão de licenças urbanísticas. Ausência de cobrança da Outorga Onerosa de Alteração de Uso - ONALT. Determinação. Processos de cobrança ainda não concluídos. Novas determinações.

20/10/2017 - **Parecer nº 850/2017** - DA - Processo nº 32220/2015

Tomada de Contas Especial - TCE. Empresa Brasileira de Turismo - BRASILIATUR. Irregularidades na contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de áudio e vídeo para as festividades do 49º Aniversário de Brasília. Análise inicial. Irregularidades constatadas. Citação dos responsáveis.

23/10/2017 - **Parecer nº 932/2017** - DA - Processo nº 2707/2000

Tomada de Contas Especial. Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal. Alegação de defesa quanto ao prejuízo identificado nos autos, relativo à gestão do Fundo de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, evidenciado pelo resgate de vales transporte em montante superior ao colocado em circulação. Defesas parcialmente procedentes. Aplicação de multas. Recursos de Reconsideração. Desprovimento. Embargos de Declaração. Não conhecimento. Cobrança judicial. Pelo arquivamento dos autos.

24/10/2017 - **Parecer nº 953/2017** - DA - Processo nº 35550/2016

Representação. Possíveis irregularidades em contratação pela Novacap. Serviços de consultoria especializada para gerenciamento e coordenação dos contratos de financiamento entre o Distrito Federal e a Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do programa Pró-Moradia. Manifestação da Jurisdicionada. Análise. Pelo sobrestamento dos autos.

24/10/2017 - **Parecer nº 969/2017** - DA - Processo nº 3120/2015

Auditoria Operacional realizada na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF. Avaliação dos serviços de Terapia Renal Substitutiva - TRS. Determinações à SES/DF. Análise dos esclarecimentos apresentados pela jurisdicionada. Apresentação de Plano de Ação. Instrução sugere o monitoramento do cumprimento das medidas indicadas pela SES/DF. Parecer convergente do Ministério Público de Contas.

27/10/2017 - **Parecer nº 346/2017** - DA - Processo nº 3983/2016

Representação. Processo eletrônico. Cidadã. Possível irregularidade no acesso das praças ao oficialato (posto de Segundo-Tenente BM), no CBMDF, mediante processo seletivo interno. Conhecimento, determinação de suspensão cautelar do processo seletivo e de manifestação da Corporação. Instrução pelo sobrestamento até o desfecho do Processo nº 35.730/14-e. Manifestação da Casa Militar e do CBMDF. Determinação de reanálise dos autos e exame de mérito da Representação. Instrução pela procedência em parte, pela revogação da cautelar e seguimento do processo seletivo, com retificação do edital. Parecer divergente do MPC/DF, por nova diligência. Determinação de complementação da instrução em face da juntada de novos documentos. Nova instrução, ratificando o posicionamento anterior, com ajustes, pela revogação da cautelar, prosseguimento do processo seletivo no que tange às vagas destinadas à tal critério, e retificação do Normativo. Parecer convergente do MPC/DF, com ressalva e adendo.

28/10/2017 - **Parecer nº 822/2017** - DA - Processo nº 993/2003

Tomada de Contas Especial instaurada no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEE/DF. Contrato de Gestão n.º 10/2000. Irregularidades constatadas na execução e na prestação de contas dos serviços pactuados do aludido ajuste. Prejuízo devidamente quantificado. Sucessivas prorrogações de prazo concedidas ao Órgão de Controle Interno para conclusão dos trabalhos apuratórios. Retorno dos autos para reinstrução. Unidade Técnica pugna pelo trancamento dos autos e arquivamento das presentes contas especiais com fundamento das diretrizes emanadas dos Processos n.º 949/04, n.º 8.323/07 e n.º 8.536/07 (Decisões n.º 2.537/2017, n.º 2.830/2017 e n.º 2.831/2017, respectivamente). Parecer divergente do Ministério Público de Contas. Pela citação dos responsáveis.

30/10/2017 - **Parecer nº 971/2017** - DA - Processo nº 1790/2017

Monitoramento de Auditoria Integrada. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF. Avaliação da implantação do Sistema de Registro de Frequência na rede pública de saúde do Distrito Federal - SISREF. Constatação de falhas de planejamento e ausência de comprovação da vantajosidade da contratação da solução tecnológica para controle de frequência dos servidores. Determinações à SES/DF. Verificação do cumprimento de plano de ação e diligências. Cumprimento parcial. Instrução pugna por reiteração e autorização para monitoramento. Parecer convergente do Ministério Público de Contas, com acréscimos. Não apresentação do Plano de Ação indicado pela Corte de Contas. Necessidade da audiência de responsáveis e de instauração de Tomada de Contas Especial.

30/10/2017 - **Parecer nº 984/2017** - DA - Processo nº 20304/2013

Prestação de Contas Anual. Departamento de Estrada de Rodagem - DER/DF. Exercício Financeiro 2012. Audiência dos Responsáveis. Julgamento das Contas regulares com ressalvas. Recurso de Reconsideração interposto pelo MPC. Realização de convite para objeto já contemplado em edital de concorrência. Projeto básico deficiente, ausência de estudos de viabilidade técnica econômica e

ambiental, alterações qualitativas substanciais e atraso na execução contratual. Acréscimos e supressões em desacordo com a lei de licitações. Realização de serviços não previstos. Contrarrazões recursais. Órgão Técnico, pela improcedência do recurso. Parecer divergente.

30/10/2017 - **Parecer nº 992/2017** - DA - Processo nº 14132/2017

Representação. Processo eletrônico. Cidadão. PCDF. Representação formulada por cidadão sobre possível irregularidade de ato administrativo praticado pela PCDF, que estaria contrariando o entendimento da Corte, ao denegar o cômputo como estritamente policial de tempo prestado junto à Assessoria Especial da Governadoria do DF, para fins de aposentadoria especial da Lei Complementar nº 51/1985. Conhecimento. Análise de mérito. Instrução pela improcedência da Representação e arquivamento dos autos. Parecer convergente do MPC/DF.

31/10/2017 - **Parecer nº 985/2017** - DA - Processo nº 35645/2015

Pregão Eletrônico nº 314/2015. SES/DF. Fornecimento de alimentação preparada para as unidades da rede de saúde do DF. Continuidade do certame. Determinação para elaboração da planilha de custos unitários. Pedido de Reexame do Ministério Público de Contas. Inexistência das planilhas de custos no Edital. Infringência à Lei de Licitações e Contratos. Comprovação de sobrepreço. Pelo provimento do recurso. Proposta de anulação do certame. Documento juntado aos autos antes da apreciação plenária. Alteração da conclusão anterior sobre o mérito do recurso. Pelo não provimento do recurso.

31/10/2017 - **Parecer nº 995/2017** - DA - Processo nº 6198/2017

Representação do Ministério Público de Contas solicitando a realização de procedimentos de fiscalização necessários para apurar a responsabilidade dos entes/órgãos distritais e seus dirigentes pela crise hídrica que atinge o Distrito Federal. ADASA. CAESB. Esclarecimentos. Análise perfunctória da matéria. Reinstrução.

4ª Procuradoria

02/10/2017 - **Parecer nº 806/2017** - ML - Processo nº 10606/2012

Tomada de contas anual. Exercício 2011. Administração Regional de Samambaia - RA XII. Decisão nº 4.309/2016. Audiência dos responsáveis. Apresentação das razões de justificativa. Análise de mérito. Área técnica sugere a procedência parcial das justificativas e o julgamento regular, regular com ressalvas e irregular das contas. Parecer convergente do MPC/DF.

02/10/2017 - **Parecer nº 871/2017** - ML - Processo nº 25947/2014

Tomada de contas anual. Exercício 2013. Administração Regional de Vicente Pires - RA XXX. Decisão nº 803/2017. Audiência dos responsáveis. Revelia. Área técnica sugere o julgamento regular, regular com ressalvas e irregular das contas, aplicação de penalidade e determinação para instauração de tomada de contas especial. Parecer convergente do MPC/DF, com determinações.

03/10/2017 - **Parecer nº 808/2017** - ML - Processo nº 17007/2012

TCE. Curso de aperfeiçoamento de militares. CBMDF. Ajuda de custo. Recebimento irregular. Decisão nº 502/2014. Citação do beneficiário. Audiência do comandante geral e do diretor de pessoal. Decisão nº 1.352/2016. Procedência parcial da defesa do beneficiário. Exclusão da incidência de juros de mora. Improcedência das justificativas do comandante-geral. Procedência dos esclarecimentos apresentados pelo diretor de pessoal. Convocação do responsável pela diretoria de pessoal à época dos fatos. Interposição de recurso de reconsideração pelo militar beneficiário. Decisão nº 2.708/2016. Conhecimento do apelo. Decisão nº 1.218/2017. Provimento parcial. Cientificação para recolhimento do débito. Não atendimento à audiência determinada na decisão nº 1.352/2016. Transcurso in albis do prazo para recolhimento do débito. Unidade técnica sugere o julgamento irregular das contas do militar beneficiário. Art. 17, III, c, da LC nº 1/1994. Notificação para recolhimento do débito. Art. 26 da LC nº 1/1994. Revelia do militar convocado por intermédio da decisão nº 1.352/2016. Art. 13, § 3º, da LC nº 1/1994. Prosseguimento do feito. Aplicação de multa. Art. 57, III, da LC nº 1/1994. Autorização para adoção das medidas previstas no art. 29 da LC nº 1/1994. Aquiescência do MPC/DF, com ajustes.

04/10/2017 - **Parecer nº 828/2017** - ML - Processo nº 37769/2010

Tomada de contas especial. Omissão no dever de prestar contas. Convênio nº 6/2007 celebrado entre o Distrito Federal, Estado de Goiás e Município de Padre Bernardo. Repasse de recursos. Inobservância da Lei nº 8.666/1993. Realização de obras de infraestrutura e implantação de instrumentos urbanos. Obra sem funcionalidade que não observou normas técnicas. Prestação de contas parcial deficiente. Ausência de prestação de contas final. Citação. Apresentação de defesa. A unidade técnica sugere a improcedência das defesas apresentadas e a cientificação dos responsáveis. Parecer do Parquet de contas convergente.

05/10/2017 - **Parecer nº 785/2017** - ML - Processo nº 21810/2014

Prestação de Contas. Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV/DF. Exercício financeiro de 2013. Exame inicial. Área Técnica sugere a regularidade com ressalvas das contas dos responsáveis pela gestão em exame. Regularidade das contas de gestor que atuou por curto período de tempo. Parecer parcialmente convergente do MPC/DF. Audiência dos responsáveis. Falhas graves relacionadas à gestão de pessoal da entidade. Descumprimento da regra constitucional do concurso público. Reflexo do inadequado quadro de pessoal no desempenho da entidade.

06/10/2017 - **Parecer nº 844/2017** - ML - Processo nº 4683/2017

Representação. Ato da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF de seleção do instituto de desenvolvimento educacional, cultural e assistência nacional - IDECAN. Serviços técnicos especializados para organização e realização de concurso público para admissão ao Curso de Formação de Praças - CFP na graduação de soldado policial militar. Despacho singular nº 167/2017, ratificado pela decisão nº 771/2017. Conhecimento. Oitiva da PMDF antes da concessão da medida de urgência. Diligências. Informações da jurisdicionada. Representação nº 2/2017-ml. Representação da sociedade empresária Consuplan Ltda. Decisão nº 1.474/2017. Conhecimento das representações. Manifestação da jurisdicionada. Decisão nº 3.156/2017. Suspensão cautelar do chamamento público. Sobrestamento da análise de mérito das representações. Nova oitiva da jurisdicionada. Nesta fase: análise das informações prestadas pela PMDF. Exame das contratações atinentes aos processos nos 054.001.306/2015 e 054.000.265/2016. Área técnica sugere o levantamento do sobrestamento e a procedência parcial das representações. Irregularidades no procedimento de contratação. Diligências. 3. Parecer parcialmente convergente do MPC/DF.

06/10/2017 - **Parecer nº 864/2017** - ML - Processo nº 14437/2011

PCA. Contrato de gestão nº 1/2009 - SES/DF. Real Sociedade Espanhola de Beneficência. Exercício financeiro de 2010. Decisão nº 1.374/2016. Convocação em audiência. Apresentação de razões de justificativa. Ausência de manifestação de responsáveis. Falecimento. Corpo técnico sugere a improcedência dos argumentos engendrados pelos responsáveis que integraram a diretoria da RSEB. Procedência parcial dos esclarecimentos apresentados pelos responsáveis que atuaram como superintendentes executivos da associação. Não comparecimento. Revelia. Falecimento de responsável. Natureza personalíssima de eventual reprovação das contas. Exclusão do responsável. Julgamento irregular das contas tratadas no presente feito. Avaliação do reflexo das apurações realizadas nos processos nºs 4.027/2009 e 39.440/2009. Corpo técnico opina pelo prosseguimento do feito em exame. Parecer convergente do MPC/DF, com ajuste em relação à exclusão do responsável falecido. Extinção do feito, sem resolução de mérito em relação ao responsável. No mérito. Irregularidade das contas dos responsáveis pela administração da RSEB. Art. 17, III, da LC nº 1/1994. Aplicação dos efeitos da revelia.

09/10/2017 - **Parecer nº 884/2017** - ML - Processo nº 9170/2017

Representação. Concorrência pública nº 2/2016. BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. Contratação de serviços de publicidade e propaganda. Possíveis irregularidades na condução do certame. Despacho singular nº 126/2017-GCRR. Conhecimento. Oitiva da jurisdicionada. Decisão nº 2.169/2017. Deferimento da cautelar. Suspensão do certame. Interposição de agravo pela jurisdicionada. Decisão nº 2.440/2017. Não conhecimento. Ausência de pressuposto regimental. Interposição de recurso inominado contra o item II da decisão nº 2.169/2017 pela jurisdicionada. Decisão nº 2.808/2017. Conhecimento. Apresentação de alegações pela empresa C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda. Decisão nº 3.925/2017: recurso não provido. Nesta fase: análise de mérito da exordial e das alegações apresentadas pela empresa C.C.Z. Área técnica sugere a procedência parcial da representação. Determinações à jurisdicionada. Adoção de medidas necessárias ao exato cumprimento da lei. Aquiescência do MPC/DF.

09/10/2017 - **Parecer nº 934/2017** - ML - Processo nº 19835/2017

Licitação. Pregão eletrônico nº 8/2017 - Terracap. Contratação de empresas especializadas em tecnologia da informação - TI para prestação de serviços de fábrica de software para novos projetos de sistemas de TI e para manutenção de sistemas (lote 1), bem como serviços de auditoria de contagens de pontos de função, sob demanda (lote 2). Impropriedades. Decisão nº 3.155/2017. Determinações. Representação. Despacho singular nº 402/2017 - GCPM, ratificado pela decisão nº 3.297/2017. Suspensão cautelar do certame. Nova representação. Decisão nº 3.369/2017. Conhecimento. Diligências. Condicionamento da análise de mérito à regularização da situação processual pela representante. Informações da jurisdicionada. Análise de mérito das representações. Unidade técnica sugere a procedência parcial das justificativas apresentadas pela jurisdicionada em relação à representação formulada pela. Propõe a não apreciação do mérito da representação formulada pela business Intelligence Datacom tecnologia da informação Ltda. Descumprimento do item II da decisão nº 3.369/2017. Novas determinações. Continuidade do certame Aquiescência do MPC/DF, com ajuste. Procedência parcial da representação formulada pela Engessoftware Tecnologia S/A e não conhecimento da peça apresentada pela business Intelligence Datacom tecnologia da informação Ltda.

10/10/2017 - **Parecer nº 854/2017** - ML - Processo nº 26620/2015

Tomada de contas anual. Exercício 2014. Administração Regional do Cruzeiro - RA XI. Exame inicial. Área técnica sugere a audiência dos gestores. MPC/DF aquiesce com a proposta de audiência. Falhas

relacionadas a processos licitatórios e inventário patrimonial. Entendimento do TCU e TCDF.

10/10/2017 - **Parecer nº 876/2017** - ML - Processo nº 29324/2010

Representação. Aquisição de fatores de coagulação pela SES/DF. Decisão nº 585/2014. Arquivamento dos autos. Representação nº 4/2014-ML. Decisão nº 1.536/2014. Admissibilidade da manifestação ministerial. Solicitação de esclarecimentos à SES/DF. Autorização para realização de inspeção. Apresentação de esclarecimentos pela jurisdicionada. Representação nº 6/2015-ML. Decisão nº 2.707/2016. Conhecimento da nova peça apresentada pelo MPC/DF. Autorização para realização de inspeção na SES/DF. Apuração da regularidade e da adequação dos procedimentos de aquisição de medicamento Concentrado de Fator IX recombinante isento de albumina. Relatório preliminar de inspeção nº 2.2021.16. Decisão nº 5.865/2016. Envio à SES/DF para conhecimento e manifestação. Silêncio da jurisdicionada. Relatório final de inspeção nº 2.2006.17. Ausência de caracterização da situação emergencial ou calamitosa para realização de contratação direta. Superfaturamento. Sugestão de audiência dos responsáveis. Superveniência de esclarecimentos da jurisdicionada. Nova instrução dos autos. Área técnica ratifica as conclusões apresentadas no relatório final de inspeção. Parecer convergente do MPC/DF, com adendo. Procedência das representações 4/2014-ml e 6/2015-ml. Constatação de que a situação emergencial decorreu de leniência de agentes públicos da SES/DF. Audiência dos responsáveis. Art. 13, III, da LC nº 1/1994. Acréscimo de responsáveis na audiência. Oitiva da contratada.

11/10/2017 - **Parecer nº 887/2017** - ML - Processo nº 21104/2017

Representação nº 5/2017-ML. Denúncia. Chamamento público nº 3/2017-SEE/DF. Parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e organizações da sociedade civil, para o atendimento educacional gratuito de crianças de 0 e 5 anos. Índícios de violação a princípios norteadores da atividade administrativa. Decisão nº 3.417/2017. Conhecimento da representação. Concessão de prazo para manifestação da jurisdicionada. Informações da SEE/DF. Área técnica sugere que o TCDF considere improcedente a representação e autorize o arquivamento dos autos. Parecer divergente do MPC/DF. Procedência da exordial. Determinações à jurisdicionada. Realização de procedimento fiscalizatório. Verificação da regularidade da terceirização da educação infantil, a entidades privadas.

11/10/2017 - **Parecer nº 895/2017** - ML - Processo nº 16852/2017

Auditoria realizada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF em hospitais regionais. Irregularidades. Representação ministerial. Processo nº 4.102/2008. Determinações. Decisão nº 719/2017. Abertura de autos próprios para audiência do responsável. Inspeção. Apresentação das razões de justificativa. Análise de mérito. Área técnica sugere a improcedência das justificativas e aplicação de multa. Determinação. Parecer convergente do MPC/DF.

13/10/2017 - **Parecer nº 945/2017** - ML - Processo nº 17107/2017

Denúncia. Instituto Quadrix. Índícios de ilegalidade no processo de seleção da banca para organização e realização de concurso público da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF. Decisão nº 2.791/2017. Conhecimento. Oitiva da CLDF. Esclarecimentos da jurisdicionada. Juntada de novos documentos pela Quadrix. Encaminhamento de informações pela CLDF. Juntada de outros documentos pela Quadrix. Nova representação. Funrio. Suposto ato ilegal de exclusão da funrio do processo de seleção de banca para a realização do concurso da CLDF. Decisão nº 3.230/2017. Conhecimento. Nova

oitiva da CLDF. Manifestação da jurisdicionada. Juntada de documentos pela Quadrix. Outras irregularidades. Encaminhamento de novas informações pela CLDF. Fato superveniente. Contratação da FCC. Decisão nº 4.249. Suspensão da execução do contrato nº 14/2017-CLDF. Determinações. Encaminhamento de esclarecimentos pela CLDF e pela FCC. Nesta fase: análise do mérito das representações. Área técnica mantém o entendimento pela procedência das representações e a determinação de adoção de medidas necessárias ao exato cumprimento da Lei. Parecer convergente do MPC/DF, com ajustes.

16/10/2017 - **Parecer nº 857/2017** - ML - Processo nº 7755/2017

Acompanhamento. Análise de edital de licitação. Pregão eletrônico nº 3/2017/SUAG/SEE-DF. Decisões nº 1.367/2017. Suspensão do certame. Determinação para adequações no edital ou apresentação de justificativas acerca das impropriedades constatadas. Manifestação da SE/DF. Nova minuta do instrumento convocatório. Decisão nº 3.460/2017. Prosseguimento do PE nº 03/2017/SUAG/SEE-DF. Arquivamento dos autos. Representação formulada por licitante. Art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993. Decisão nº 4.369/2017. Conhecimento da representação. Concessão de cautelar. Suspensão da licitação. Solicitação de esclarecimentos da SE/DF no tocante à desclassificação de proposta por aparente inexecutabilidade. Abertura de prazo para comprovação da legitimidade do subscritor da representação. Envio de emenda da inicial. Justificativas da SE/DF. Unidade técnica opina pela improcedência da representação. Arquivamento dos autos. Pedido de vista do MPC/DF. Decisão nº 4.857/2017. Encaminhamento dos autos ao ministério público de contas. Parecer convergente do MPC/DF, com ressalva e adendo. Superveniência de nova denúncia. Possível restrição à competitividade no pregão. Índícios de ligação entre os licitantes.

16/10/2017 - **Parecer nº 905/2017** - ML - Processo nº 34674/2006

Decisão 4361/05 (processo nº 1.623/2012). Verificação da compatibilidade da legislação sobre parcelamento de solo com a LODF, o PDL e a CF/88, relativamente à RA III - Taguatinga. Incompatibilidade de diversas normas. Acompanhamento por parte do TCDF de atos praticados (decisão nº 8.084/2009). Determinação à regional (decisão nº 3284/2011). Reiteração. Audiência (decisão nº 5289/2011). Ausência de manifestações acerca do cumprimento de decisão da c. Corte. Revelia. Nova reiteração com alerta e aplicação de multa (decisão nº 2212/2012). Recurso provido, afastando-se a aplicação da multa (decisão nº 1350/2013). Reiteradas diligências sem manifestação. Audiência e reiteração de diligência (decisão nº 3568/2013). Novo descumprimento, revelia, aplicação de multa e envio da matéria para processo de tomada de contas anual com vistas a deliberação acerca da aplicação da sanção prevista no art. 60 da LC nº 1/94 e nova determinação à jurisdicionada (decisão nº 1348/2014). Nova ausência de manifestação da RA III, remanescendo descumprida determinação contida na decisão nº 8084/2009. Determinação para realização de auditoria/inspeção na Região Administrativa III - Taguatinga (decisão nº 4076/2015). A unidade técnica sugere determinação à SEGETH para adoção de medidas corretivas no prazo de 180 dias. Parecer convergente do Parquet especializado, com ajuste.

27/10/2017 - **Parecer nº 957/2017** - ML - Processo nº 37385/2005

Tomada de contas especial. Decisão nº 4.117/2003. Decreto nº 24.008/2003. Instauração de TCEs referentes a todos os ajustes firmados por órgãos e entidades do DF com o ICS, individualizadas por ajuste e exercício. Nestes autos. Contratos de gestão nºs 1/1999 e 1/2000. Vice-Governadoria e Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais e o ICS. Decisão nº 5.707/2006 (IV.a e b). Definição de premissas acerca da quantificação do dano e identificação dos responsáveis.

Descumprimento do dever constitucional de prestar contas. Imposição de responsabilidade pela totalidade dos repasses realizados aos gestores do ICS. Decisão nº 1.017/2012. Citação dos responsáveis. ICS, Vice-Governadoria e Subsecretaria de Coordenações das Administrações Regionais. Comparecimento de alguns responsáveis e revelia. Corpo técnico sugere o trancamento das contas. Precedentes. Decisões nºs 2.537/2017, 2.830/2017 e 2.831/2017. Análise de defesas restrita aos argumentos de índole processual. Exclusão dos integrantes do Conselho de Administração do ICS do rol de responsáveis e de gestor que atuou em período diverso. Procedentes. Decisões nºs 4.959/2014 e 4.898/2014. Parecer divergente do MPC/DF. Possibilidade material de julgamento das contas. Presença de exaustivo suporte documental. Descumprimento do dever de prestar contas. Arts. 70, parágrafo único, e 71, II, da Constituição Federal. Ilegalidades na composição dos custos e na liquidação das despesas. Art. 7, § 2º, III, da Lei nº 8.666/1993 e art. 63 da Lei nº 4.320/1964. Possibilidade de responsabilização solidária dos membros do Conselho de Administração e demais gestores do ICS. Atos submetidos à deliberação colegiada. Ausência de avaliação dos argumentos de defesa pela unidade técnica. Reinstrução. Necessidade.

30/10/2017 - **Parecer nº 972/2017** - ML - Processo nº 38827/2016

Representação nº 19/2016-ML. Contratação Direta. Art. 24, IV. Da Lei nº 8.666/1993. Contratos nºs 55/2015 e 20/2016. Sistema AFIS. Instituto de Identificação da PCDF. Decisão nº 94/2017. Conhecimento da representação. Solicitação de esclarecimentos. Determinação para envio de feitos ao TCDF. Manifestação da jurisdicionada. Área técnica sugere a procedência da representação. Emergência decorrente de leniência na condução do processo ordinário de licitação. Audiência dos agentes públicos responsáveis pelas contratações diretas. Contratos nºs 94/2014, 20/2015, 55/2015 e 20/2016. Determinação para que o órgão apresente cronograma para deslinde da contratação regular. Instauração de autos apartados para avaliar os contratos nºs 60/2016 e 31/2017. Parecer convergente do MPC/DF, com adendos. Emergência fabricada. Morosidade na condução do processo ordinário de licitação. Responsabilização de quem deu causa à contratação emergencial. Precedentes do TCDF e TCU. Utilização de métrica de remuneração com base exclusivamente no decurso do tempo. Possibilidade da ocorrência de dano aos cofres públicos. Autos apartados para albergar diligência atinente aos contratos nºs 60/2016 e 31/2017.

Procuradoria Geral

09/10/2017 - **Parecer nº 332/2017** - PG - Processo nº 38975/2016

Representação 31/2016-CF, do MPC/DF, em face da edição da Emenda Constitucional 95/2016, que institui o Novo Regime Fiscal no âmbito da União, com reflexos sobre as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino naquela esfera de Poder. Pelo não conhecimento e arquivamento dos autos. Parecer divergente.

Representação

2ª Procuradoria

09/10/2017 - **Representação nº 40/2017** - CF - Processo nº 34478/2017

Programa de Gestão Regional da Saúde - PRS no DF pela SES/DF. Criação (Decreto nº 37.515, de 26.07.2016) de (7) Regiões de Saúde (previstas no Decreto nº 37.057, de 14 de janeiro de 2016) e (4) Unidades de Referência Distrital (UDR) da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, com vistas ao desenvolvimento da Atenção Integral à Saúde.

09/10/2017 - **Representação nº 41/2017** - CF - Processo nº 29750/2017

Denúncia de que os equipamentos de segurança, extintores de incêndio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF estariam vencidos.

09/10/2017 - **Representação nº 42/2017** - CF - Processo nº 33960/2017

Denúncia de que a pacientes com câncer, notadamente de mama, não estão sendo ministrados os medicamentos necessários para o tratamento.

4ª Procuradoria

09/10/2017 - **Representação nº 7/2017** - ML - Processo nº 14774/2016

Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca da suposta ausência de competitividade em Pregões Eletrônicos realizados pela Secretaria de Estado de Educação - SE/DF para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da Rede Pública do Distrito Federal, por meio de veículos com motorista, monitor e encarregado, em virtude de possível ligação entre os licitantes interessados nos certames realizados pela Pasta para o objeto em comento.

10/10/2017 - **Representação nº 8/2017** - ML -

Para que o c. Plenário determine a apuração dos fatos a seguir descritos, acerca de possível ofensa ao interesse público derivada de norma restritiva estabelecida no Edital nº 35/DGP-PMDF, que regula o concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), da Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF.

Ofício

4ª Procuradoria

31/10/2017 - **Ofício nº 125/2017** - ML -

SECULT/DF - Em razão de denúncia recebida por esta Quarta Procuradoria do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, solicito a Vossa Senhoria, no prazo de 5 (cinco) dias, o envio de cópia, preferencialmente por mídia eletrônica, do instrumento contratual, ou outro congênere, que tenha suportado a prestação de serviços pela sociedade empresária "Objeto Sim Projetos Culturais" nos eventos 48º e 49º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, ocorridos nos anos de 2015 e 2016, respectivamente, bem como dos processos de contratação.

Procuradoria Geral

02/10/2017 - **Ofício nº 767/2017** - PG -

Apuração de denúncia sobre paralisação de atividades de cirurgia geral do HRT, em específico para o tratamento de hérnia e vesícula. A denúncia foi contestada pela SES, que se explica como em fase de organização. Trata também de regulação da fila dos pacientes que não parece ter constado, de forma objetiva e transparente. Propõe cotejar o HRSAM em nome da eficiência e em respeito à saúde da população.

02/10/2017 - **Ofício nº 776/2017** - PG - Processo nº 33863/2015

Trata do Processo 33.863/2015e que foi instaurado para analisar a prestação de contas relativa ao Contrato 1/2014, firmado entre o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada-ICIPE e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF, no exercício de 2014.

02/10/2017 - **Ofício nº 776/2017** - PG - Processo nº 33863/2015

O Processo 33.863/2015e foi instaurado para analisar a prestação de contas relativa ao Contrato 1/2014, firmado entre o Instituto do Câncer Infantil e Pediatria Especializada-ICIPE e a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal-SES/DF, no exercício de 2014.

02/10/2017 - **Ofício nº 792/2017** - PG - Processo nº 31900/2013

Auditoria Operacional: Unidades de Terapia Intensiva na Rede Pública de Saúde do Distrito Federal

02/10/2017 - **Ofício nº 792/2017** - PG - Processo nº 31900/2013

Trata do Processo 31.900/2013 (Auditoria Operacional: Unidades de Terapia Intensiva na Rede Pública de Saúde do Distrito Federal), relativo a leitos de UTI, que julgou parcialmente a matéria reconhecendo a omissão e inércia dos gestores à época.

02/10/2017 - **Ofício nº 793/2017** - PG - Processo nº 29032/2017

O MPC/DF recebeu informação de que a empresa FBM Farma Indústria Farmacêutica Ltda suspendeu a fabricação do Control PKU, por determinação da ANVISA/SUVISA, assunto tratado no processo 29032/2017e.

02/10/2017 - **Ofício nº 793/2017** - PG - Processo nº 29032/2017

O MPC/DF recebeu informação de que a empresa FBM Farma Indústria Farmacêutica Ltda suspendeu a fabricação do Control PKU, por determinação da AVISA/SUVISA, assunto tratado no processo 29032/2017e.

09/10/2017 - **Ofício nº 767/2017** - PG -

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal-MPC/DF recebeu a denúncia de que a Cirurgia Geral do Hospital Regional de Taguatinga-HRT paralisaria suas atividades, mas a SES não confirmou a sua

informação

09/10/2017 - **Ofício nº 821/2017** - PG - Processo nº 29032/2017

Trata de denúncia de vários pacientes portadores de fenilcetonúria pedindo esclarecimento sobre a fórmula CONTROL PKU. O MPC/DF, por meio da Representação 35/2017-CF requereu a concessão de medida cautelar, para que fosse suspensa a aquisição do Control PKU® que estaria em desacordo com a normatização da ANVISA.

09/10/2017 - **Ofício nº 821/2017** - PG - Processo nº 29032/2017

O MPC/DF recebeu os documentos, contendo denúncia de infração sanitária registrada junto a ANVISA, bem como diversos registros na página da ANVISA (Facebook) de vários pacientes portadores de fenilcetonúria pedindo esclarecimento sobre a fórmula CONTROL PKU. Destaca-se que os registros apresentados demonstram que o problema dessa fórmula ultrapassou as fronteiras do Distrito Federal e repercute no restante do País.

10/10/2017 - **Ofício nº 807/2017** - PG -

Diversas irregularidades indicadas por vistorias realizadas pelo Conselho Regional de Enfermagem do DF e indica providências que já teriam sido tomadas, a fim de que possa subsidiar os trabalhos da Divisão de Acompanhamento do Tribunal, bem como confirmar as informações prestadas.

10/10/2017 - **Ofício nº 807/2017** - PG - Processo nº 261/2017

Indica providências que já teriam sido tomadas, a fim de que possa subsidiar os trabalhos da Divisão de Acompanhamento do Tribunal, bem como confirmar as informações prestadas referentes aos autos do Processo 261/2017e, em relação a diversas irregularidades indicadas por vistorias realizadas pelo Conselho Regional de Enfermagem do DF.

16/10/2017 - **Ofício nº 846/2017** - PG - Processo nº 38975/2016

Trata-se de aditamento ao Parecer 332/2017-CF, com objetivo de que seja juntada aos autos recente manifestação no Ministério Público de Contas da União (em parecer de 11.10.2017), nos autos do Processo TC 011.936/2017-7, que cuida da representação formulada por aquele Parquet, em razão do descumprimento pelo Governo Federal do percentual mínimo definido constitucionalmente para aplicação em ações e serviços públicos de saúde pela União no exercício financeiro de 2016.

16/10/2017 - **Ofício nº 846/2017** - PG - Processo nº 38975/2016

Trata-se de aditamento a Parecer, com objetivo de que seja juntada aos autos recente manifestação no Ministério Público de Contas da União (em parecer de 11.10.2017), nos autos do Processo TC 011.936/2017-7, que cuida da representação formulada por aquele Parquet, em razão do descumprimento pelo Governo Federal do percentual mínimo definido constitucionalmente para aplicação em ações e serviços públicos de saúde pela União no exercício financeiro de 2016.

Recurso

4ª Procuradoria

02/10/2017 - **Recurso de reconsideração nº 4/2017** - ML - Processo nº 11320/2017

Interpor o presente Pedido de Reexame em face dos termos da r. Decisão n.º 4.058/2017, proferida na Sessão Ordinária nº 4.979, de 22 de agosto de 2017, nos autos do Processo nº 11.320/2017.